



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SOBRAL

Instituído pela Lei Municipal Nº 1.607, de 02 de fevereiro de 2017 e regulamentado pelo Decreto Municipal Nº 1961, de 22 de novembro de 2017

Sobral - Ceará, quarta-feira, 13 de maio de 2026

Ano X, Nº 2305

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 099, DE 13 DE MAIO DE 2026 - ALTERA O ART. 101 DA LEI Nº 038 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1992, NA FORMA QUE INDICA. A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar: Art. 1º O art. 101 da Lei nº 038 de 15 de dezembro de 1992 passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 101. Depois de 3 (três) anos de efetivo exercício e após declaração de aquisição de estabilidade no cargo de provimento efetivo, o servidor poderá obter autorização de afastamento para tratar de interesses particulares, por período não superior a 3 (três) anos, sem percepção de remuneração. § 1º O servidor aguardará em exercício a publicação do ato de autorização de seu afastamento. § 2º O servidor poderá, a qualquer tempo, desistir da autorização concedida, reassumindo o exercício de suas atribuições. § 3º Quando o interesse da Administração Pública o exigir, a autorização poderá ser cassada, a juízo da autoridade competente, devendo o servidor ser notificado para apresentar-se ao serviço no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, sob pena de caracterização de abandono de cargo. § 4º A autorização para afastamento para o trato de interesses particulares somente poderá ser prorrogada pelo período necessário para completar o prazo máximo previsto no caput deste artigo. § 5º O servidor somente poderá obter nova autorização para o afastamento previsto neste artigo após decorrido, pelo menos, 02 (dois) anos de efetivo exercício, contado da data em que reassumiu o cargo, em decorrência: I - do término do prazo autorizado; II - da desistência; ou III - da cassação da autorização concedida.” Art. 2º As licenças para trato de interesses particulares concedidas antes da entrada em vigor desta Lei Complementar permanecerão regidas pela legislação vigente à época de sua concessão até o término do prazo originalmente fixado no respectivo ato administrativo. § 1º Os pedidos de prorrogação de licença ou a formulação de novo requerimento de Licença para Trato de Interesse Particular - LTIP deverão observar integralmente as disposições desta Lei Complementar. § 2º Os requerimentos de Licença para Trato de Interesse Particular - LTIP protocolados antes da entrada em vigor desta Lei Complementar e que ainda não tenham sido apreciados pela Administração Pública serão analisados e decididos de acordo com as disposições nela previstas. Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as alterações promovidas ao art. 101 da Lei nº 038, de 15 de dezembro de 1992, pela Lei Complementar nº 68, de 04 de setembro de 2019, e pela Lei Complementar nº 85, de 13 de dezembro de 2022. **PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, EM 13 DE MAIO DE 2026. OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JÚNIOR - Prefeito Municipal de Sobral.**

LEI Nº 2.732, DE 13 DE MAIO DE 2026 - DENOMINA DE “VEREADOR RAIMUNDO NELSON TAVARES” O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, LOCALIZADO NO DISTRITO DE ARACATIAÇU, MUNICÍPIO DE SOBRAL-CEARÁ. A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Fica denominado de “Vereador Raimundo Nelson Tavares” o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, situado no Distrito de Aracatiaçu, Município de Sobral-Ceará. Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a afixação de placa com a denominação prevista no art. 1º desta Lei, de forma visível, na fachada do equipamento público. Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, EM 13 DE MAIO DE 2026. OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JÚNIOR - Prefeito Municipal de Sobral.**

LEI Nº 2.733, DE 13 DE MAIO DE 2026 - ALTERA O ANEXO IV DA LEI Nº 2.198, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, PARA AMPLIAR O QUANTITATIVO DE CARGOS DA GUARDA

CIVIL MUNICIPAL DE SOBRAL, NA FORMA QUE INDICA. A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Ficam criados 75 (setenta e cinco) cargos de provimento efetivo de Guarda Civil Municipal - 2ª Classe. Parágrafo único. A ampliação prevista no caput observará a estrutura de carreira estabelecida na Lei nº 2.198/2021. Art. 2º O Anexo IV da Lei nº 2.198, de 14 de dezembro de 2021, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei. Art. 3º O provimento dos cargos criados por esta Lei dar-se-á mediante concurso público, observará a disponibilidade orçamentária, e respeitará os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, EM 13 DE MAIO DE 2026. OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JÚNIOR - Prefeito Municipal de Sobral.**

ANEXO ÚNICO CONSOLIDAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS E DE CONFIANÇA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SOBRAL		
QUADRO DE CONSOLIDAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SOBRAL		
CARGO	QUANTIDADE	
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	447	
QUADRO DE CONSOLIDAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SOBRAL		
FUNÇÃO	QUANTIDADE	EQUIVALÊNCIA DE REMUNERAÇÃO
SUPERVISOR DE EQUIPE	04	SIMBOLOGIA DAS-1

DECRETO Nº 3.852, DE 13 DE MAIO DE 2026 - REGULAMENTA A GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO RELEVANTE - GTTR, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.607, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.687, DE 18 DE MARÇO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Sobral, e o art. 54 da Lei Municipal nº 1.607, de 2 de fevereiro de 2017, com a redação dada pela Lei Municipal nº 2.687, de 18 de março de 2026, CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 30, inciso I, reserva ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local, neles compreendida a organização do regime jurídico de seus servidores públicos; CONSIDERANDO que o art. 39, § 1º, da Constituição Federal assegura aos servidores ocupantes de cargos públicos o regime de subsídio ou de vencimentos fixados em lei, admitidas gratificações de natureza funcional como instrumento de valorização e reconhecimento profissional, na forma da lei; CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.687, de 18 de março de 2026, conferiu nova redação ao art. 54 da Lei Municipal nº 1.607, de 2 de fevereiro de 2017, autorizando expressamente o Poder Executivo Municipal a regulamentar, por meio de Decreto, a concessão da Gratificação por Trabalho Técnico Relevante - GTTR, observados os critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública; CONSIDERANDO que o servidor que se dedica à elaboração de trabalhos de natureza técnica, administrativa ou científica de reconhecida relevância institucional, merecedor de reconhecimento remuneratório específico; CONSIDERANDO a necessidade de fixação de critérios objetivos e subjetivos para a concessão da GTTR, de modo a assegurar isonomia, transparência e conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da eficiência e da impessoalidade, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de observância dos limites de responsabilidade fiscal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na efetivação de quaisquer despesas com pessoal, DECRETA: **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** Art. 1º Fica regulamentada, no âmbito do Poder Executivo do Município de Sobral, a Gratificação pela Execução de Trabalho Técnico Relevante - GTTR, destinada a reconhecer e remunerar o servidor público municipal que, individualmente ou integrando equipe de trabalho constituída para essa finalidade, realize trabalho de natureza técnica, administrativa ou científica, relevante para a gestão pública local. Parágrafo único. Para os